



Recebido em:
01/07/2017
Aprovado em:
02/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

INCLUSÃO ESCOLAR: EMERGÊNCIA DESAFIADORA NA PRÁTICA EDUCATIVA

FERNANDA TRINDADE SANTANA
ANDRIELE MORAIS DE SANTANA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

O presente artigo aborda noções básicas do sistema inclusivo no ambiente escolar, bem como apresenta os desafios enfrentados pela equipe docente no contexto das inovações necessárias para ampliar as possibilidades de ensino na atualidade. Os aspectos que conceituam a exclusão, integração, inclusão e segregação são vistos de forma diferenciada e comparados quanto às suas aplicações na prática educativa mediante as situações de (des) igualdade na promoção da aprendizagem. Ressalta-se a necessidade de um efetivo sistema capaz de englobar a diversidade humana, que supere as barreiras do preconceito e possa banir as situações extremas de desvantagens educacionais e sociais geradas por uma concepção segregacionista que marginaliza e potencializa as limitações. Como forma de amenizar essas situações, o Atendimento Educacional Especializado atua como auxílio em relação ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, possibilitando uma oportunidade de acesso à educação de forma complementar em função da classe regular. Tornar o sistema educacional inclusivo é uma atitude urgente que se consolida mediante as ações que são sensibilizadas no trabalho com as diferenças, juntamente com o compromisso legal na promoção igualitária de acesso à educação e demais formas de acesso na continuidade de vida social.

Palavras-chave: Inclusão. Igualdade. Diferenças. Inovação. Desafios.

ABSTRACT

The present article approaches the basic concepts of the inclusive system in the school environment, as well as presents the challenges faced by the teaching staff in the context of the innovations necessary to expand the possibilities of teaching nowadays. The aspects that conceptualize exclusion, integration, inclusion and segregation are seen in a differentiated way and compared to their applications in educational practice through situations of (un) equality in the promotion of learning. The need for an effective system capable of encompassing human diversity, which overcomes the barriers of prejudice and banishes the extreme situations of educational and social disadvantages generated by a segregationist conception that marginalizes and potentializes the limitations. As a way of mitigating these situations, the Specialized Educational Assistance acts as an aid to the development of students who have special educational needs, enabling an opportunity for access to education in a complementary manner in function of the regular class. Making the education system inclusive is an urgent attitude that is consolidated through actions that are sensitized in working with differences, together with the legal commitment to the equal promotion of access to education and other forms of access in the continuity of social life.

Keywords: Inclusion. Equality. Differences. Innovation. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o cenário educativo engloba diversas possibilidades que se constituem em alternativas para a efetiva relação entre os aspectos que permitem a ocorrência do ensino e da aprendizagem capaz de englobar a todos. Nessa perspectiva, a concepção de inclusão, ao promover a igualdade educativa e a construção autônoma dos indivíduos em diversas instâncias sociais, potencializa o compromisso por uma educação que evidencia as diferenças não mais como empecilho, e sim busca alternativas para possibilitar a construção da aprendizagem a fim de amenizar as situações de desvantagens por parte de alguns.

Ao conhecer a história e caminhos da educação especial no Brasil, não há como negar sua evolução. Mas, mesmo não sendo mais entendida como atendimento clínico, a educação permanece segregativa. E, mesmo tendo apoio das políticas, há muitas escolas e centros de apoio que trabalham com um modelo de integração, tendo agora que seguir a perspectiva de educação inclusiva, não no sentido do acesso do sujeito com necessidades especiais na escola regular e nem por causa da sua permanência, até porque a inclusão se inicia na família, em todos os ambientes onde há indivíduos de diversas culturas e que necessitam ser respeitados independentemente de suas diferenças. E sim no sentido de atender todos os alunos objetivando sua evolução e sucesso escolar, sendo esse o rumo da educação especial para a educação inclusiva, sendo um tema ainda muito discutido e desejado atualmente.

O desejo de inclusão escolar se torna uma utopia quando há nos próprios educadores visões e pensamentos equivocados a respeito do tema “inclusão”, de que é somente receber alunos, sendo que “Não basta frequentar e permanecer na escola, mas frequentar e aprender, permanecer e concluir, concluir e evoluir” (BÁRBARA, SOUZA, GUIMALHÃES in SOUZA et al, 2007, p. 176). CITAR APENAS OS AUTORES DA CITAÇÃO

Há avanços e retrocessos, e o professor não tem culpa, pois é também uma vítima, não tendo todo apoio, suporte e formação adequada para exercer seu trabalho na educação especial, ainda mais com os desafios a serem enfrentados na sala de aula do ensino regular, onde terá que atender cerca de 20 a 30 alunos que, dentre eles, haverá crianças com algumas necessidades que precisarão de atenção especial.

Na perspectiva inclusiva, alguns desafios são apresentados de forma a dificultar o trabalho nos ambientes escolares. O estranhamento causado pelo novo, a falta de preparação adequada e a resistência dos métodos tradicionais de ensino promovem a ruptura no ideal inclusivo. Dessa forma, o novo olhar diante das possibilidades de envolver as diferenças na rotina escolar propõe a substituição do conformismo docente e atrela-se às atitudes inovadoras nas práticas educativas.

Numa sala de aula de uma escola que trabalha na perspectiva inclusiva, o trabalho docente se torna mais complexo e desafiador para o professor, pois precisa “(...) conhecer a realidade de cada um deles, quanto mediar os conhecimentos de acordo com o nível de maturação encontrado” (TELES in SOUZA et al. p. 64-65). Isso quer dizer que os planejamentos e propostas de ensino e próprio currículo da escola não devem estar ligadas ao tradicional método de ensino, que não permite ao educador conhecer as potencialidades de cada aluno e propor estratégias de ensino com recursos adequados, para que o educando com necessidades educacionais possa avançar não se sentindo excluído e discriminado pelos colegas.

Nesta perspectiva, ressalta-se também a necessidade de um Atendimento Educacional Especializado que se vincula a apoios pedagógicos que auxiliam no processo de inclusão, sendo vistos como ferramentas que fazem parte do contexto educacional numa perspectiva inovadora que ampliam o conceito de aprendizagem de forma a complementar o ensino regular daqueles que apresentam necessidades educativas especiais. Para tanto, o acesso a esse tipo de atendimento não menospreza o trabalho e o compromisso por uma educação inclusiva na classe regular.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IGUALDADE EDUCACIONAL E SOCIAL

A igualdade é um dos valores humanos considerado no convívio social a partir dos relacionamentos existentes entre os indivíduos. Sua importância está além de regras para a convivência com o outro, atingindo níveis legais apresentados nas leis e diretrizes que regem a nação. De forma legitimada, se constitui como direito assegurado e levado aos níveis sociais ao ser deparado com situações que incluem oportunidades para todos.

É imprescindível a percepção das diferenças para constituir o contexto da igualdade, pois existem necessidades que apresentam particularidades próprias e precisam ser consideradas dentro de seu universo numa perspectiva de igualdade ao ser comparada com o que se define enquanto padrão, seja em níveis educacionais ou em outros aspectos pertinentes à vida social. Para tanto, o rompimento de barreiras que pré-determinam apenas as limitações e, portanto, maximizam as diferenças existentes, promove situações de tratamento igualitário à medida que as divergências se ampliam no cenário social.

Atualmente, ao vivenciar uma crise de paradigmas devido às estratégias, pensamentos e regras estabelecidas anteriormente que não satisfazem as necessidades do presente, engloba-se um conjunto de possibilidades que se constituem como alternativas. Dentre essas necessidades que afetam principalmente o contexto educacional, vale ressaltar as diferenças manifestadas pelos alunos enquanto centro do processo de aprendizagem.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dele participam. (MANTOAN, 2003, p. 12).

A mudança necessária capaz de corresponder a um novo paradigma na educação inclui atitudes inclusivas mediante as diversas análises da contemporaneidade que exige uma reinterpretação do sistema escolar. É nessa perspectiva que a situação das diferenças e da promoção da igualdade se solidifica enquanto conceitos que não devem ser retratados isoladamente, mas como eixo de destaque no estudo da inclusão a partir da obtenção de oportunidades dentro de um mesmo processo.

Entende-se por inclusão a garantia de oportunidades, vista como resultado de um sistema que não menospreza as dificuldades e tampouco focaliza nas limitações, mas procura se envolver no desenvolvimento das capacidades e potencialidades nos indivíduos. "Inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana [...]" (BRASIL, 2001, p. 20). Dessa forma, a educação compreendida em sua totalidade enquanto ferramenta para todos os indivíduos possibilita o envolvimento da igualdade de direitos pertinentes a uma vivência social, sendo que as capacidades desenvolvidas não devem abarcar apenas alguns, pois esse tipo de pensamento fragiliza as concepções atuais, negando a prática de um acolhimento capaz de abranger a todos.

As existências das bases legais que evidenciam trabalho inclusivo ressaltam os direitos que são apresentados por um conjunto de diretrizes que procuram assegurar a valorização das oportunidades mediante a flexibilidade do sistema educacional para que possibilite uma inserção no contexto social. As diretrizes que asseguram tal pensamento se solidificam em um ideal inclusivo que parte da necessidade da percepção principalmente daqueles que apresentam necessidades educacionais e que muitas vezes são desconsiderados pelo próprio sistema (BRASIL, 2001).

Nessa perspectiva, tornar o ensino acessível para todos é uma tarefa essencial das práticas educativas, uma vez que salienta adaptações do próprio sistema ao englobar desde as questões físicas do espaço até as estratégias metodológicas que norteiam o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a percepção e a mudança de atitudes ao se relacionar com essas diferenças, garantem o ponto máximo de uma verdadeira inclusão por permitir uma continuidade na vida social, construção da identidade do indivíduo enquanto cidadão e a promoção de um ideal de pertencimento por parte do sujeito visto como ativo em suas decisões que remete a uma vida comum em sociedade.

É necessária a insistência por algumas mudanças principalmente nas formas atitudinais de como alguns ainda enxergam as necessidades educacionais. Nesse caso, o tão chamado deficiente^[1] é um ser humano doente incapaz de realizar atividades que para os ditos normais^[2] aparentam ser simples. Esse paradigma recheado de noções preconceituosas dificulta a possibilidade de tornar espaços acolhedores para a inserção total de indivíduos que

apresentam necessidades, sendo um dos maiores obstáculos na efetivação da inclusão. Faz-se necessário a compreensão da educação enquanto direito de todos em termos legais da constituição e das diretrizes educacionais.

É nesse contexto que a escola deve assegurar uma resposta educativa e adequada às necessidades educacionais de todos os seus alunos, em seu processo de aprender, buscando implantar os serviços de apoio pedagógico especializado necessários, oferecidos preferencialmente no âmbito da própria escola. (BRASIL, 2001, p. 42)

Para tornar efetivo o respeito à diversidade humana na escola em termos de ações, a compreensão da adaptação do sistema educativo aos alunos constitui-se em uma iniciativa primordial. Os padrões estabelecidos nesse ambiente nem sempre são capazes de atender a todos. A estrutura física, por exemplo, nem sempre satisfaz aos alunos que apresentam necessidades, os materiais didáticos fornecidos não atendem a todos de igual forma, as ferramentas tecnológicas também não são capazes de envolver todos em um mesmo sistema. Dessa forma, a percepção das diferenças no contexto educacional consiste na busca de alternativas para trabalhá-las sem gerar segregação. Para tanto, o tratamento da diversidade, à medida que se “diverge”, deve ser vista de forma objetiva e não camuflada, possibilitando o uso de diferentes instrumentos que viabilizam a aprendizagem de todos.

Segundo a Constituição brasileira atual (1988), no Art. 205, a educação é um direito de todos e se constitui enquanto dever da família e do Estado. Ainda de acordo com a mesma legislação, no Art. 206, são norteados princípios que potencializam a consolidação desse direito, tais como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; existência de gestão democrática do ensino público; existência de instituições de ensino na modalidade pública e privada; liberdade no ato de aprender e ensinar; consideração das diferentes ideias que são propagadas individualmente ou coletivamente e a existência do ensino público que seja gratuito. A percepção de bases legais que evidenciam a existência de uma educação pluralista que busca propor oportunidades para todos mediante a diversidade humana faz parte da concepção atual que não deve ser negada.

Segundo a ABNT 9050 (2015), as noções de acolhimento estão impregnadas nas instituições para apoio de uma vida social comum ao sanar as dificuldades e desenvolver as situações de autonomia para serem usufruídos por todos de igual modo. Para tanto, a acessibilidade atitudinal, ao se perceber dentro de um processo e auxiliar garantindo-lhe a oportunidade de compreender o que está ao redor de todos, a acessibilidade arquitetônica, ao adequar a conjuntura física às reais necessidades apresentadas pelos indivíduos, e a acessibilidade comunicacional, ao estabelecer critérios que facilitem a comunicação nos mais diversos espaços, permitem as melhores formas de acolhimento mediante as atitudes que caminham em direção de uma inclusão efetivamente prática. É nesse sentido que se consolida o termo acessibilidade, como medida com que se constrói a igualdade a partir das possibilidades e condições que asseguram o alcance para utilização do ambiente seguindo critérios de segurança e autonomia.

Vale ressaltar a existência da lei 10.098, que estabelece critérios básicos quanto à promoção da acessibilidade de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida mediante ao trabalho vinculado a superação de barreiras nos espaços frequentados. Vinculam-se também as propostas de um ensino inclusivo numa modalidade de especialização capaz de integrar o compromisso por uma pedagogia centrada no aluno, considerando as suas particularidades para alcançar uma educação de qualidade em nível de aprendizagem (UNESCO, 1994).

É notório o envolvimento de concepções éticas que direcionem o compromisso por uma educação igualitária constituída não apenas no espaço escolar, mas que seja capaz de ultrapassar os muros que ficam presos às instituições e influenciem de forma a considerar a vida em sociedade enquanto resultado de um sistema inclusivo.

3 EXCLUSÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

As noções de exclusão, integração e inclusão fazem parte de um estudo analisado que promove diferenciações em seus conceitos, uma vez que exclusão remete ao ato de desconsiderar totalmente as diferenças e não possibilitando acesso educacional garantido por lei, atrelando às práticas segregacionistas, ou seja, de separação literal do indivíduo visto como “diferente”. A integração se vincula a uma inserção parcial, um acesso a oportunidades comuns de forma

camuflada, pois desconsidera as diferenças até certo ponto e os serviços dispostos não contemplam a diversidade humana. E, ao falar de inclusão, remete-se a uma possibilidade atual, vista como modelo a ser seguido mediante a inserção total e trabalho com as diferenças, de forma a oportunizar o acesso ao conhecimento na construção autônoma e identitária do sujeito enquanto ser cidadão a partir de seus direitos e deveres prescritos de forma legitimada.

A nova política inclusiva que

[...] em 2008 é defendida pelo MEC [...] objetiva garantir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, assegurando-lhes o acesso com participação aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino [...]” (SANTOS in CITAR APENAS O AUTOR DA CITAÇÃO SOUZA et al, 2007, p. 31).

As instituições de ensino precisam logo mudar, deixarem seu processo de integração e exclusão para se tornarem inclusivas. Porém, há um longo e complexo caminho a percorrer. Não basta conhecer as leis. É preciso que se coloque em prática. As leis a favor da igualdade e inclusão estão no papel, mas pouquíssimas são vivenciadas. Virou rotina afirmar que as pessoas com deficiência continuam sendo excluídas da sociedade, iniciando pela família, que não procura seus direitos e tem vergonha do próprio membro do grupo familiar.

É importante deixar claro que o processo de inclusão não é somente melhorar a educação para as pessoas consideradas especiais, mas para todos, todos temos dificuldades e necessidades. Porém, com a realidade presente, a inclusão não passa de uma utopia.

Apesar de todos esses avanços em direção à educação inclusão, publicada ainda em 1994, a política nacional de educação especial reafirma o pressuposto de integração e não estimula reformulação das práticas educativas orientadas segundo a nova perspectiva (SANTOS in SOUZA et al, 2007, p. 22).

Os retrocessos pelo fato de os indivíduos continuarem a serem excluídos faz parte da negação de uma educação de qualidade para todos. Há uma confusão relacionada aos conceitos de inclusão, integração, exclusão e também segregação.

Desataca-se um importante evento que ocorreu em um determinado espaço de tempo entre a promulgação da Constituição Federal e Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Esse momento, marcado na história da educação, se define pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos no ano de 1990, tendo como princípio discutir o direito fundamental da educação em todo o mundo.

Influenciada por essa conferência, em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, aconteceu a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais. “Essa conferência teve o objetivo de promover a Educação para Todos, analisando mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças.” (in GOFFREDO et al, 1999, p.30)

A declaração de Salamanca define bem dois desses conceitos. A inclusão “defende o direito de todas as pessoas com e sem deficiência” a integração “defende o direito de pessoas com deficiência. Enquanto a inclusão parte da certeza de que todos somos diferentes, não existe os especiais os anormais(...)” (BRASIL, 1994. p. 4).

É nesse sentido que a consideração das diferenças no contexto educacional não deve levar à prática segregacionista total (exclusão) ou parcial (integração), mas deve se atrelar à proposta de inclusão efetiva que não “fecha os olhos” para as reais necessidades enfrentadas e busca diferentes estratégias para a superação dos obstáculos vistos como desvantagens.

4 DESAFIOS DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na atualidade, o desafio profissional docente particulariza o trabalho com a diversidade, bem como as estratégias inovadoras que fazem parte da construção de novos paradigmas educacionais. Na maioria das vezes, o novo introduz o estranhamento e transfere a resistência de práticas conformistas que não satisfazem mais o sistema educativo. Diante dessa reflexão, o questionamento que infere a inovação faz parte do contexto atual: Por que inovar

É importante compreender o trabalho do professor e seus impasses na promoção de ensino que possa abranger a todos. É inegável a sua contribuição para que a aprendizagem seja construída. Entretanto, os “moldes” antigos de ensino nos quais imperializa o tradicionalismo em que todos aprendem da mesma forma não é aceito nesta nova concepção de educação, pois as diferenças não podem ser camufladas ou vendadas. Para tanto, a inclusão não desvincula as necessidades e nem diferenças. A presença desses aspectos solidifica a proposta de que ao sair das escolas dos diferentes pode-se incentivar a percepção das diferenças por parte da escola. (MANTOAN, 2003).

A inovação é uma estratégia que se configura pela capacidade de promover novidades, é a tentativa por algo novo e diferente que possa satisfazer as necessidades do momento. Ao relacionar isso com as perspectivas atuais de educação, o que os profissionais devem é antes de tudo se situarem em tempo e espaço. Perceber que algumas mudanças precisam acontecer ao enxergar o novo aluno que faz parte de uma sociedade diferenciada, com costumes e padrões que não mais se encaixam se comparados ao modelo de educação que atendeu no século passado.

“A inclusão pegou as escolas de calças curtas - isso é irrefutável. E o nível de escolaridade que mais parece ter sido atingido por essa inovação é o ensino fundamental.” (MANTOAN, 2003, p. 27). Nesse contexto, compreende-se a urgência com que o trabalho com a inclusão deve promover no ambiente escolar para amenizar situações de desvantagens para alguns, possibilitando o desenvolvimento de todos nesse espaço. Para tanto, essa iniciativa é vista como determinação em direção ao alcance de um objetivo comum e superação das divergências que são assumidas como empecilhos nas escolas.

Mantoan (2003) afirma que existem vários discursos pronunciados por professores que objetivam em retirarem de si a responsabilidade de trabalhar com as diferenças em sala de aula, negligenciando o compromisso pela busca de uma formação flexível capaz de abarcar os conhecimentos prévios sobre práticas educativas que se adequam às diferenças. Enquanto pensamentos como esses reinarem na prática docente, a inovação esperada de um ensino que contemple as diferenças, não acontecerá.

Os serviços de apoio especializados, tais como os intérpretes de língua de sinais, aprendizagem do sistema braile e outros recursos especiais de ensino e de aprendizagem, não substituiriam, como ainda ocorre hoje, as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum. (MANTOAN, 2003, p. 25).

A função do professor atual não é substituível diante das diferenças propostas. Os princípios legais de uma educação de qualidade que atenda a todos juntamente com os princípios de permanência na escola regular, possibilitando ao aluno a oportunidade de desenvolvimento cognitivo de acordo com a capacidade de cada um, tornam-se elementos essenciais na construção de uma prática inclusiva.

A escola, ao ser vista como um local de acolher a todos, “é um dos principais espaços de convivência da sociedade e, considerado que esta possui um método, um objetivo e uma rotina de funcionamento, precisa estar preparada para lidar com as diferenças.” (SOUZA, 2017, p. 62). Nessa perspectiva, o direcionamento das mudanças ocorridas nesses espaços não faz parte de um conjunto de ideias utópicas, mas de pensamentos que acreditam em um sistema que preza a igualdade de oportunidade.

De acordo com Mantoan (2003), melhorar a situação das escolas de forma a preparar para o trabalho com a inclusão remete uma necessidade urgente na promoção de uma educação para a vida de forma digna e sem “mácula” de preconceito, sem barreiras, a fim de mudar a realidade escolar que marginaliza indivíduos e limita suas capacidades até ocasionar a própria evasão. A percepção de atitudes dentro da escola que ao invés de serem vistas como pontes no contexto do processo de ensino-aprendizagem podem se tornar muros (obstáculos ainda maiores) no cumprimento da sua responsabilidade.

Para tanto, repensar as práticas educativas é um precioso passo para se concretizar o ideal de inovação que muitas vezes foge do cotidiano escolar, seja por conformismo profissional ou ausência de preparação adequada que levam estigmatizar as ações que são de extrema importância no cenário educativo a partir das propostas de mudanças

5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento Educacional especializado é uma importante ação da política nacional de educação especial que se baseia na promoção de oportunidades educativas para formação de sujeitos autônomos perante a sociedade emergente em seus diferentes aspectos. Para tanto, se constitui ainda como desafio, uma vez que a ausência de preparação adequada, bem como o descomprometimento por parte de alguns profissionais que fazem parte do sistema de ensino, dificulta o exercício de um atendimento adequado para aqueles que apresentam necessidades educativas especiais.

O AEE também visa estimular “[...] a participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários comunicações e informações [...]” (BRASIL, 2008). Ele surgiu com o objetivo não de substituir a educação, mas sim suplementar ou complementar a formação do educando. A política nacional na perspectiva da educação inclusiva, documento elaborado pelo grupo de trabalho da política nacional de educação especial, traz bem essa afirmação quando diz que as atividades desenvolvidas no AEE (Atendimento Educacional Especializado), que pode ser entendido como uma sala de recursos multifuncionais, diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008).

A presença da família no processo da escolarização, principalmente enquanto apoio na efetivação do ensino inclusivo, é uma premissa básica a partir de sua influência, pois exerce um papel muito importante na vida do sujeito que nasce com alguma necessidade educacional especial, até porque sua aceitação na sociedade depende muito do respeito da família ao perceber as potencialidades individuais e como podem ser desenvolvidas mediante ao convívio social. Para o sujeito surdo, por exemplo, seu principal desafio será a comunicação, e, já que desde de o nascimento seu primeiro contato de interação e socialização são com os integrantes de sua família, são seus pais que garantirão a inclusão em primeira instância e não tão somente a escola e outros ambientes de acesso público.

O professor, que precisa ter uma capacitação específica e continuada, também exerce um papel fundamental. Seu desafio é grande, mas sua capacitação não é suficiente, pois lidar com crianças com deficiência requer muito mais. Exigem-se do mediador sensibilidade, respeito e empatia para entender que cada criança é única e aprende de acordo com suas diferenças. Ademais, convém lembrar que, se o educador não sabe a LIBRAS, é porque falta capacitação específica, e pior seria se este não adquirisse essas virtudes e características tão necessárias à sua profissão.

Todavia, não é certo desconsiderar a capacitação do professor para o trabalho no AEE (Atendimento educacional especializado), sendo que essa é uma das propostas da política nacional. Sua capacitação serve para que possa atender a todas as crianças de forma particular e individualizada, respeitando suas capacidades cognitivas. Isso é possível com mudanças na prática pedagógica, pois, diferente da prática construtivista de ensino, a tradicional leva o docente a desconsiderar as particularidades e diferenças dos alunos pelo fato de ensinar tudo a todos da mesma forma.

Novas mudanças são sugeridas nos documentos definidos pela Secretaria de Educação Especial, a qual dá sugestões de materiais e recursos, como jogos lúdicos e materiais que podem ser confeccionados pelos próprios professores do AEE; além de mobiliárias adaptadas, tais como ajustes e recortes de mesas cadeiras e outras adaptações (BRASIL, 2006). Essas são propostas que visam à formação continuada à distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado e para cada tipo de deficiência. Dentre esses documentos, principalmente da deficiência física, pode-se encontrar detalhes importantes a respeito da tecnologia assistiva, definida por Bersch (in Schirmer et al, 2007, p. 31) como:

(...) uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. (...) ela significa

“resolução de problemas funcionais”.

A tecnologia assistiva tem sua importância por permitir a autonomia e independência dos alunos, os quais muitas vezes são atendidos no ensino regular de forma limitada, evitando o contato com seus colegas “ditos normais”. Dificilmente essa limitação no atendimento é compreendida como, novamente, um processo de “exclusão escolar” e, mais uma vez, “integração”, termos bastante confundidos atualmente como inclusão.

Assim como inclusão não deve ser confundida com integração, o mesmo não deve acontecer com a tecnologia assistiva e recursos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. É importante compreender que a tecnologia assistiva se constitui como ferramenta, muitas vezes construída pelo professor, seja da classe regular ou do Atendimento Educacional Especializado, para facilitar a aprendizagem como auxílio na promoção de oportunidades a partir do contato com o objeto do saber. Os recursos fazem parte de tudo aquilo que é utilizado no processo de ensino-aprendizagem, e não faz diferença quanto às necessidades educacionais manifestadas, como, por exemplo a utilização de livros. Porém, a modificação desse recurso para atender à diversidade é que irá contribuir para a existência de uma tecnologia assistiva, podendo ser de baixo ou alto custo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas discussões, percebe-se o quanto a “INCLUSÃO” é desafiadora e complexa na tangente à educação especial e que aspectos relacionados às barreiras arquitetônicas, atitudinal e ação pedagógica podem ser consideradas como um instrumento de inclusão social quando se leva como princípio básico o olhar humanizante que considera o aluno com suas dificuldades e potencialidades, ou seja, em sua totalidade. Pois “cada criança é única e para tanto não importa se é deficiente ou não, cada um tem sua maneira particular de se apropriar do conhecimento. O que faz a diferença é o respeito a sua singularidade” (ARAGÃO in SOUZA, 2007. p.132).

A educação para a inclusão depende preponderantemente do apoio de todos. Mas quando se trata de atendimento às pessoas com necessidades especiais, estes necessitam carcidamente de respeito. São através de pequenas atitudes de pessoas próximas que se inicia o processo de inclusão, pois quando desrespeitados é porque continuam sendo enxergados como pessoas anormais e, portanto, excluídos.

No contexto atual, a maior parte das crianças com necessidades educacionais manifestas nos aspectos físicos, intelectuais e auditivos já possuem acesso à educação, mas é excluída pelo atendimento limitado, bem como a falta de suporte e recursos adequados para a sua permanência, apesar de esse direito estar expressamente destacado na legislação brasileira.

Desse modo, é imprescindível que a escola do ensino regular contemple as reais necessidades dos educandos, a partir de propostas de ensino que busquem superar as injustiças sociais. É preciso um trabalho colaborativo desenvolvido por toda equipe escolar. Sem contar que o professor precisa da ajuda da família e de outros profissionais, tais como psicopedagogos, fonoaudiólogos, pediatras e psicólogos, para criar uma sala de recursos multifuncionais educacionais adaptados para cada criança com necessidades educacionais especiais, de modo que se sintam incluídos e a mesma possa contar com um atendimento de qualidade, capaz de promover o desenvolvimento social e humano dos pacientes do hospital.

[1] Termo utilizado para se dirigir a indivíduos que apresentam funcionamento diminuído de aspectos psíquicos, fisiológicos ou anatômicos, possuindo a diminuição de algumas faculdades físicas e intelectuais.

[2] Expressão que define os indivíduos que manifestam bom funcionamento das faculdades físicas e intelectuais que permitem o desenvolvimento de habilidades mediante a função do organismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. **Sala de recursos multifuncionais**: Espaços pra atendimento Educacional especializado. Brasília, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. SEE/MEC, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é Por quê Como se faz São Paulo: Moderna, 2003.

GOFFREDO, V. L. F. S. et al. **Educação Especial**: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência física. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC, 2007.

SOUSA, R. de C. S. et al. **Perspectiva sobre educação inclusiva**. Aracaju: Criação. 2017.

[1] Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia do 4º período da Universidade AGES de Paripiranga-BA. E-mail: jorgegouveia7@gmail.com

[1] Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia do 5º período da Universidade AGES de Paripiranga-BA. E-mail: s_fernanda1996@outlook.com